

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
CURSO DE PSICOLOGIA

Thiago de Oliveira Paranhos

SOBRE UM OUTRO TIPO DE ESCOLHA AMOROSA:

Perspectivas psicanalíticas acerca da não monogamia

Santa Maria, RS
2023

Thiago de Oliveira Paranhos

SOBRE UM OUTRO TIPO DE ESCOLHA AMOROSA:

Perspectivas psicanalíticas acerca da não monogamia

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para a obtenção do grau de Psicólogo

Orientador: Prof. Dr. Francisco Ritter

Santa Maria, RS

2023

Thiago de Oliveira Paranhos

SOBRE UM OUTRO TIPO DE ESCOLHA AMOROSA:
Perspectivas psicanalíticas acerca da não monogamia

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para a obtenção do grau de Psicólogo

Aprovado em 13 de dezembro de 2023

Francisco Ritter, professor psicólogo (UFSM)
Orientador

Taís Fim Alberti, professora psicóloga (UFSM)

Eduardo Ilha Bagolin, psicólogo e psicanalista (UFSM)

Santa Maria, RS
2023

RESUMO

SOBRE UM OUTRO TIPO DE ESCOLHA AMOROSA:

Perspectivas psicanalíticas acerca da não monogamia

AUTOR: Thiago de Oliveira Paranhos

ORIENTADOR: Francisco Ritter

Este trabalho busca debruçar-se sobre a não monogamia como foco de estudo, numa tentativa de delimitar o modo como a psicanálise a compreende e a relaciona às particularidades subjetivas constitutivas de cada indivíduo ou grupo humano. Para isso, foi construído a partir de uma pesquisa de caráter bibliográfico, tendo sua elaboração ancorada primordialmente na leitura e análise de artigos e outras produções de autores eminentes relativas ao tema para posterior articulação entre as ideias e proposições neles exploradas e a perspectiva temática adotada. Pretende-se pintar um quadro geral a respeito das contribuições que a psicanálise tem a fazer no tocante ao entendimento da opção pela experiência não monogâmica a fim de desvencilhá-la da associação a possíveis reducionismos.

Palavras-chave: não monogamia; psicanálise; amor; investimento libidinal; escolha objetal

ABSTRACT

ABOUT ANOTHER KIND OF LOVING CHOICE:

Psychoanalytic perspectives on non-monogamy

AUTHOR: Thiago de Oliveira Paranhos

SUPERVISOR: Francisco Ritter

This paper seeks to focus on non-monogamy as its focus of study, in an attempt to delimit the way in which psychoanalysis understands it and relates it to the subjective particularities that constitute each individual or human group. To achieve that goal, it was elaborated based on bibliographical research, with its elaboration anchored primarily in the reading and analysis of articles and other productions by eminent authors related to the topic for subsequent articulation between the ideas and propositions explored in them and the thematic perspective adopted here. The aim is to paint a general picture regarding the contributions that psychoanalysis can make regarding the understanding of the option for the non-monogamous experience in order to disassociate it from possible reductionism.

Keywords: non-monogamy; psychoanalysis; love; libidinal investment; object choice

SUMÁRIO

1 . INTRODUÇÃO.....	6
1.1. Os primórdios do amor romântico.....	6
1.2. A história de uma “normalidade”.....	7
1.3. Entre a psicanálise e o amor, uma dose de subversão.....	8
1.4. Novas e plurais escolhas amorosas.....	9
2. OBJETIVOS.....	11
2.1. Objetivo geral.....	11
2.2. Objetivos específicos.....	11
3. METODOLOGIA.....	12
4. DISCUSSÃO.....	13
4.1. O amor em Freud.....	13
4.2. Construções contemporâneas.....	17
4.3. Monogamia, não monogamia e o mundo entre elas.....	19
4.3.1. Das origens às implicações monogâmicas.....	19
4.3.2. Não monogamia: formas e pressupostos.....	23
4.4. Quatro pacientes, quatro amores: a pluralidade relacional na prática.....	25
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
6. CONCLUSÃO.....	31
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	32

1. INTRODUÇÃO

1.1. Os primórdios do amor romântico

Os seres humanos vêm sendo compreendidos já há bastante tempo como seres de relação. A reconstrução histórica relativa ao cotidiano de sociedades passadas reúne indícios de que sua associação uns aos outros data, muito provavelmente, de antes mesmo do que os achados arqueológicos poderiam constatar. Para além de ser, pelo que indica inclusive a experiência, algo esperado de um conjunto de seres que vêm ao mundo e são levados a se deparar com o desamparo, foi também o modo como se organizou a forma possível de sobrevivência e desenvolvimento. Ainda que, no decorrer dos séculos e a depender de aspectos como o contexto cultural, a religião e a região nas quais se manifestaram, as relações interpessoais tenham recebido contornos distintos e por vezes muito específicos, fato é que é impossível vislumbrar um viver que não esteja fortemente marcado pelas várias formas de relação. Dentre essas, a afetivo-sexual - ou amorosa/erótica - foi certamente uma das que mais intrigou as diferentes sociedades e aqueles que se dedicaram a pesquisar sobre elas.

À medida em que se complexificaram tanto as interações entre grupos e sujeitos quanto a relação da humanidade com sua própria linguagem, teve início um processo de nomeação, diferenciação e classificação que alcançou as mais diversas áreas da vida, aí incluídos o sentir e o se relacionar. Após um longo processo de construção histórica, passando por influências do amor cortês na idade média e do amor trágico característico do romantismo - que já indicavam certa assunção de papéis no âmbito do jogo amoroso - foi em especial no contexto de instituição do capitalismo e de fortalecimento da noção burguesa de família que o amor passou a definir um sentimento em específico, tão desenhado em suas linhas românticas, idealizadas e pouco maleáveis, e uma forma de relação associada que legitima e estreita um determinado - e útil - tipo de vinculação.

O Brasil, em virtude de sua história de colonização e das marcas que o processo de invasão deixou em sua identidade e cultura, foi solo fértil para a disseminação da ideia de amor “a la Europa”. Nesse sentido, o curso do que se chamou e do que se viveu (e chama, e vive) como amor no país esteve significativamente próximo daquilo que se propagava em solo europeu como a relação amorosa por excelência. Ainda que não se pretenda, aqui, entrar em detalhes no mérito da complexa história do amor - do romântico, que será referido daqui para frente apenas como amor - e das formas que esse assumiu ao longo do tempo, se faz relevante, para o objetivo deste trabalho, manter em mente sua estreita proximidade aos conceitos de família e de um modelo específico de sociedade.

1.2. A história de uma “normalidade”

Historicamente sustentada por interesses econômicos necessários à perpetuação do sistema capitalista e em defesa de uma suposta ordem natural baseada em uma noção restrita de família, a forma de amor instituída na quase totalidade das sociedades ocidentais em vigência nos dias atuais compartilha algumas características: se manifesta sempre em pares, num circuito restrito de trocas e afetos e está em constante perigo de ser aniquilada pela possibilidade de não ser única. Em outras palavras, é monogâmica e exclusiva, o que significa dizer que o amor socialmente reconhecido é que tem, por isso, legitimidade enquanto forma de vinculação é aquela que se dá entre apenas duas pessoas que, para estarem juntas, para amar uma a outra, abrem mão de se relacionar afetiva e/ou sexualmente com qualquer outra (VASALLO, 2022).

A questão central que se ergue, então, diz respeito à automatização da associação entre essa forma específica de amor - em função de sua apresentação, desde muito cedo na vida dos sujeitos, nas mídias e no próprio cotidiano - e uma internalização desse modo de viver os afetos como sendo o normal (entendido aqui como o possível). Como defendem diversos autores, toda norma instituída consigo uma gama de experiências que, por lhe escaparem, passam a ocupar um lugar marginal, subalterno (ZANETTE; FELIPE, 2017). Na prática, isso implica que a vivência dos laços afetivo-amorosos que não se adequam ao modelo predominante deixa inclusive de ser alcançada pela palavra - não é contada, não é narrada, não é escutada. Por consequência, pleiteia, inclusive, um lugar no campo do discurso e precisa, para tê-lo reconhecido, receber um nome que, como será discutido mais adiante, pouco tem de próprio. É o caso da não monogamia, por exemplo, que subverte muito daquilo que se convencionou definir como base do amor romântico e se estabelece, ao menos parcialmente, como contraponto a ele.

Que efeitos tem a insistente invalidação sobre a autoestima, o psiquismo e a história daqueles que optam por viver fora dessa norma instituída do que é o amor ainda pouco se sabe. Fato é que, como deixam evidente marcos históricos a exemplo do processo de escravidão e de patologização da homossexualidade, indivíduos identificados com o lugar subalterno que ela estabelece são atravessados, ainda que em níveis diferentes e com formas de manifestação distintas, pelas marcas dessa espécie de “não lugar” ao qual foram assujeitados (sinaliza-se, já aqui, a necessidade de se focar esse aspecto em estudos futuros).

A diversidade de práticas amorosas, por assim dizer, não é novidade e acompanha, em realidade, uma variedade de compreensões teóricas a respeito de seu sentido para a vida

humana. Será priorizado, daqui em diante e em especial na seção dedicada à discussão, o entendimento de Freud e da psicanálise acerca dessas questões para que, com base nele, seja possível lançar luz sobre a não monogamia enquanto modo de vivenciar os afetos.

1.3. Entre a psicanálise e o amor, uma dose de subversão

Cabe destacar, ainda nessa seção introdutória, o quanto as noções psicanalíticas no tocante à compreensão do amor são, desde os escritos iniciais de Sigmund Freud, muito particulares e significativamente desprendidas daquilo que rege a cartilha socialmente estabelecida a seu respeito. Ao apontar para o caráter eminentemente sexual e voltado para a obtenção de prazer daquilo que se convencionou chamar de amor, tomando como exemplo primordial a relação do bebê com a mãe e seu seio (FREUD, 1905), bem como responsabilizá-lo, nesses moldes, por parte importante do sofrimento psíquico, Freud elabora uma teoria que o concebe realizável apenas através de um mecanismo de descarga de energia pulsional. Isso que se diz amor é, então, entendido pela lógica de uma catexia, de um investimento especial da libido em determinado objeto - uma outra pessoa, nesse caso - que surge como meio para essa descarga e para a consequente obtenção de prazer, característica da maturidade e da saúde em adultos. Um ponto importante que será retomado mais adiante diz das implicações da defesa freudiana de que uma pulsão admitiria apenas um objeto.

Outros psicanalistas posteriores, inspirados pelos escritos lacanianos, insistem fortemente na associação do amor à necessidade neurótica de lidar com a própria falta. Mobilizados pela força motriz por excelência, o desejo estruturado diante da falta, os sujeitos vivenciam a relação amorosa sob a perspectiva de alcançarem uma suposta completude. Essa, impossível de ser atingida plena e permanentemente, retroalimenta o processo de busca que se dá por uma vida inteira e impõe aos indivíduos uma espécie de limitação da satisfação, que só pode ser momentânea. Como bem afirma a escritora e psicanalista contemporânea Ana Suy, o que o amor faz nada mais é do que reafirmar a cada um sua própria condição de incompletude e solidão (SUY, 2022).

É curioso que, ainda que não neguem em definitivo a potência do amor - muito pelo contrário, defendem sua importância como fator protetivo e de manutenção da saúde psíquica - ambas essas concepções se distanciam fundamentalmente da noção romântica do amor como algo dado, idealizado e capaz de garantir segurança e a completude de um “encaixe perfeito”. Promovem, por isso, certa subversão da representação social predominante a seu respeito e abrem caminhos para uma ressignificação de seu sentido que certamente atinge

também a forma instituída de vivenciá-lo cotidianamente. Talvez por isso mesmo seja tão caro ao estudo das relações humanas a contribuição que a ele faz a psicanálise.

Partindo de noções como as de pulsão, investimento, falta e desejo, torna-se possível fazer leituras mais abrangentes e menos inflexíveis dos diferentes fenômenos relacionais e das formas particulares que esses assumem. Dessa maneira, a defesa das pluralidades enquanto variações legítimas dos modos de existir é endossada e recebe, simultaneamente, o lugar que lhe fora negado no discurso e um corpo teórico que a ela se alinha.

1.4. Novas e plurais escolhas amorosas

Nos anos mais recentes, várias influências têm convergido no sentido de um esforço por retirar do “não lugar”¹ as formas de ser e existir discrepantes às normas instituídas. Ainda que falte muito para que se possa dizer seguramente que as pluralidades têm sua legitimidade garantida, as mudanças no tocante a sua possibilidade de manifestação foram significativas e relativamente rápidas - se a referência for o tempo histórico. De conjuntos de leis específicos à maior representação midiática, passando pela inserção nos currículos escolares e pela própria popularização da defesa da diversidade, questões como o lugar do feminino, a homossexualidade, a bissexualidade, a transexualidade, a cidadania indígena e outras foram progressivamente se distanciando de seu caráter de tabu.

Nesse contexto, vale destacar o quanto alguns binarismos (homem x mulher, hétero x gay, civilizado x bárbaro) foram perdendo espaço na medida em que os estereótipos que antes os delimitavam e distinguiam foram sendo flexibilizados ou abolidos, numa lógica do borrar marcas antes tão bem fixadas. Parece que a defesa que fazem muitas vertentes das ciências, em especial das ciências humanas - e aí, junto da antropologia e da sociologia, a psicanálise pode, a depender da leitura que dela se faz, cumprir papel de destaque - converge justamente para a noção de que a experiência humana se mostra impassível de ser categorizada com base em classificações mutuamente excludentes como por muito tempo se propunha.

Com os modos de se relacionar amorosa, afetiva e sexualmente o cenário não é tão diferente. As percepções sobre o amor baseadas “nos contos de fadas” e na naturalização e na idealização dos vínculos exclusivos, por exemplo, já não têm tanta força quanto costumavam ter, o que influencia fortemente na abertura dos sujeitos às experiências contranormativas, por falta de melhor expressão. Ainda que o modelo de relação amorosa predominante se mantenha bem estabelecido e quase inalterado em sua essência monogâmica - e siga fazendo sentido, mesmo que parcialmente, para boa parte da população - é inegável o quão mais flexível ele tem se tornado quanto às possibilidades inventivas. As experimentações e as

¹Cabe destacar que não se utiliza, aqui, essa expressão nos termos como definida por Marc Augé em suas elaborações teóricas relativas ao urbanismo.

discussões mais honestas relativas às relações abertas, aos “casais marmiteiros” (aqueles que admitem terceiros desde que estejam sempre juntos), à prática de swing e à não monogamia de um modo geral - foco do presente trabalho - não deixam espaço para dúvidas.

É nesse contexto de maior permeabilidade das concepções no tocante ao amor que se pretende pensar as contribuições psicanalíticas a respeito da prática da não monogamia. Ainda que relativamente incipientes, aposta-se que costuras nesse sentido são possíveis e potentes.

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo geral

O presente trabalho pretende construir aproximações entre a teoria psicanalítica relativa ao amor - passando, em especial, por Freud - e a escolha pela não monogamia como forma de vivenciar os afetos, numa tentativa de elaborar um quadro geral e teoricamente ancorado acerca de sua recorrência na sociedade contemporânea e de seus possíveis efeitos.

2.2. Objetivos específicos

- a) Construir um panorama a respeito das proposições freudianas e de alguns estudiosos contemporâneos da psicanálise quanto aos processos psíquicos e sociais relacionados ao amor e à escolha amorosa;
- b) Esboçar algumas distinções mais fundamentais entre as formas monogâmica e não monogâmica de se compreender e experienciar o amor;
- c) Explorar recortes clínicos provenientes de experiências com o estágio realizado pelo autor para pensar as configurações do amor no cotidiano;
- d) Pensar a intercorrência de determinados conceitos da teoria psicanalítica - com destaque aos já citados na seção anterior: pulsão, investimento, falta e desejo - nas formulações e concepções humanas sobre o amor.

3. METODOLOGIA

O trabalho será construído a partir de uma pesquisa de caráter bibliográfico, de tom majoritariamente qualitativo e exploratório. Ainda que não seja possível falar de uma revisão de literatura propriamente dita, tendo em vista a escassez de produções que tematizam as articulações entre psicanálise e não monogamia, o delineamento desse estudo se assemelha em muito a uma, com as devidas adaptações. Sua elaboração se dará primordialmente com base na leitura e análise de artigos e demais produções - capítulos de livros, particularmente - relativas a temas subjacentes ao proposto para posterior articulação entre as ideias e proposições neles exploradas e a perspectiva temática adotada. A escolha dos livros e demais escritos nos quais se embasará o estudo se dará com base em critérios como sua relevância histórica para o campo da psicanálise (Freud e escritos sobre concepções psicanalíticas acerca do amor) e a atualidade dos textos (quando o enfoque for a não monogamia).

Categorias como o histórico da não monogamia entre seres humanos, as mudanças relativas à variedade de constituições familiares nos últimos tempos e as contribuições da psicanálise acerca da compreensão das diferentes formas de se experienciar as relações nortearão as leituras e a construção do trabalho do início ao fim. A discussão proposta a partir daqui terá o compromisso de endossar o corpo teórico relativo à não monogamia no bojo das concepções psicanalíticas referentes ao amor e está certamente distante da intenção de esgotar esse vasto e ainda pouco explorado campo temático.

*(...) Não quero rosas, desde que haja rosas.
Quero-as só quando não as possa haver.
Que hei de fazer das coisas
Que qualquer mão pode colher? (...)
Fernando Pessoa*

4. DISCUSSÃO

4.1. O amor em Freud

Sigmund Freud percorreu um longo caminho no tocante a suas formulações quanto às articulações entre as vivências relacionais iniciais - pode-se dizer, infantis - e a saúde psíquica adulta. Em suas construções a respeito da gênese e da manifestação das diferentes neuroses nos sujeitos, enfatizou, desde relativamente bastante cedo em sua obra, o papel central que exerciam sobre seu surgimento a forma e a qualidade das relações vividas no âmbito da sexualidade (FREUD, 1908). Esta estaria envolvida na totalidade das experiências humanas já desde a primeira infância e seria, aliada e interpelada pela cultura, a maior força responsável pelo desenvolvimento do aparelho psíquico e social dos indivíduos.

Ao esboçar as fases do desenvolvimento psicosexual humano e propor a noção de uma pulsão sexual que se faz notar, ainda que de maneiras distintas, no decorrer de todas elas, Freud sugere a ocorrência de um processo de apropriação do sujeito em relação ao próprio desejo marcadamente a partir da puberdade, momento a partir do qual os esforços sublimatórios podem se tornar menos pungentes e é permitida uma iniciação gradativa da vida sexual como compreendida pelo senso comum. Nesse contexto, a libido antes autoinvestida segundo uma lógica narcísica passa a recobrir objetos externos à própria pessoa e a pulsão sexual toma, então, outros destinos: indivíduos outros que não si mesmo, capazes de abrir caminho para uma satisfação pulsional, ainda que possa ser ela parcial. Esse segundo movimento da libido, ao qual Freud dará o nome de relação de objeto, é a base proposta pelo autor para o entendimento do que convencionamos chamar de amor.

Faz-se válido mencionar rapidamente o quanto esse narcisismo mais infantil se articula enquanto organizador, ao menos momentâneo, do amor mesmo na vida adulta. Nos estágios iniciais de qualquer relação, ele reina soberano no tocante à forma como os indivíduos se apresentam uns aos outros. Funciona como uma via de mão dupla: ao mesmo tempo em que se permite acesso alheio apenas àquilo que se considera agradável ou desejável numa pessoa, se projeta no outro a maior parte daquilo que pode vir a suprir sua falta. Nesse sentido, a paixão - momento inicial da relação amorosa - consiste como que em um jogo no qual os personagens pouco têm de suas contrapartes reais, por assim dizer, das pessoas “por

inteiro”. Além disso, a suposição de encontrar no outro uma sutura permanente para a própria falta promove uma automática idealização do amado e uma crença insistente na possibilidade da felicidade plena pela via da completude (cabe aqui mencionar a lógica fálica: um teria algo de significativo valor que ao outro falta). No entanto, Freud é insistente em apontá-la como inatingível. Para que da paixão advenha o amor, é necessário que as suposições narcísicas caiam por terra, que a relação deixe de se sustentar no jogo de imagens e que se torne possível abraçar e brincar com as faltas - a própria e a alheia. Só aí se pode pensar e viver o amor possível.

Dito isso, já aqui cabe salientar duas questões relevantes à proposta do presente trabalho. A primeira, que diz da tendência da escolha objetual não se pautar no sexo do indivíduo pelo qual se opta a não ser depois da formatação exercida pelo campo da cultura sobre ele. A segunda, que recai sobre a grande dificuldade, já observada por Freud em seus escritos (FREUD, 1912) e marcadamente recorrente nas sociedades contemporâneas, em estarem harmonicamente alinhados os objetos amoroso e sexual (isto é, aquele com quem se divide a vida e o carinho e aquele que se reconhece como passível de gerar satisfação do desejo sexual propriamente dito).

A primeira dessas questões tangencia um aspecto já mencionado na seção introdutória como passo importante para a legitimação das formas de existir que chamo contranormativas - e nas quais gostaria de propor que, no atual estado de coisas, está enquadrada a não monogamia: o enfraquecimento da noção de binaridade que, de modo geral, persiste nos tempos atuais. Ao apontar, em seus Três Ensaio (FREUD, 1905), a falta de um critério de caráter excludente quanto ao sexo do objeto alvo da pulsão que legisle sobre sua existência, Freud abre espaço para reflexões potentes: se o mais próximo daquilo que se poderia chamar de natureza humana quanto à escolha dos objetos amorosos é algo quase como uma bissexualidade e é o poder da cultura o responsável por promover a internalização de um, chamarei assim, “modo correto de expressão da libido”, pode-se sustentar a transposição de uma linha de raciocínio semelhante para discussões nas quais o foco sejam as experiências com a monogamia e com a não monogamia. Seria impossível, então, sequer determinar uma norma, uma forma esperada e específica do mecanismo de direcionamento da pulsão - se para um ou mais objetos - que não estivesse intimamente ancorada em demarcações e exigências socioculturais.

Posto de outro modo, o caráter pouco definido e pouco definitivo da tendência humana quanto à escolha objetual pode cumprir a função de embasar uma suspensão das certezas quanto a configurações relacionais pré-determinadas e supostamente naturais, uma

vez que o que há de mais próximo de um comportamento natural parece ser, justamente, sua indefinição. E se é a força das construções culturais - que não raro se apresentam como imposições - a responsável pela definição de determinadas formas de existir e se relacionar como legítimas, abre-se, então, caminho para uma possível e necessária aposta num repensar de algumas demandas socioculturais em sua inflexibilidade enquanto maneira de garantir aos sujeitos liberdade e apropriação maiores quanto aos próprios afetos, ainda que isso de forma alguma os garanta, como bem aponta o próprio Freud, escapar das insistentes e variadas manifestações da angústia e do mal-estar, que tão somente tomarão, nesse caso, outras formas.

Para tentar elucidar a segunda das questões, referente à raridade do alinhamento entre objetos amoroso e sexual, Freud recorre diretamente aos efeitos da primeira vivência humana em que a dobradinha amor/desejo se manifesta: a relação mãe-filho no seio da configuração triangular - que envolve, para além deles, o pai - sustentada pelo teórico. Primeiro objeto alvo tanto do amor como do desejo sexual de qualquer sujeito, a mãe representa, então, o objeto de escolha por excelência, protótipo para todos os que o sucederão. Acontece, no entanto, que o drama edípico impele a criança a renegar seus sentimentos por essa figura materna, devido à impossibilidade da efetivação da relação com a mãe marcada pela presença paterna (vale destacar que essa é a formulação como proposta por Freud e que tanto os papéis quanto a dinâmica das relações podem ocorrer com alterações, ainda que sustentados numa base comum).

Essa impossibilidade, porém, não se dá em definitivo. Isso porque, da dobradinha inicialmente direcionada à figura materna, apenas a interrupção do fluxo do desejo sexual - carnal - é exigida pelo surgimento do chamado terceiro edípico, enquanto o fluxo do amor - afetivo - pode seguir, e em geral segue, tendo ela como objeto. Freud sugere, a partir dessas observações (FREUD, 1912), a separação da pulsão sexual em duas correntes: uma afetiva, essa a qual é permitida seguir sendo investida na mãe, e uma sensual, essa que se demanda que encontre outro objeto sobre o qual repousar. Haveria de existir uma união estável e alinhada dessas duas correntes - isto é, elas haveriam de catexizar o mesmo objeto - na vida adulta para que se pudesse classificar um comportamento amoroso como saudável. Acontece, como anteriormente mencionado, que, por razões sobre as quais aqui não se deterá uma discussão detalhada, na grande maioria dos casos há um descompasso efetivo e insistente que obstaculiza, e muitas vezes inclusive impede, essa união das duas correntes sobre um mesmo objeto, o que acaba por ocasionar parte significativa do sofrimento e da insatisfação apresentados pelos neuróticos.

Em um de seus textos que tematizam as Contribuições para a Psicologia do Amor (FREUD, 1918 [1917]), o pai da psicanálise faz duas observações que cabem aqui por aludirem de forma direta ao foco desse trabalho: relaciona a essência da monogamia à posse (da mulher) e aponta para uma tendência humana à poligamia. Esses dois apontamentos, se pensados em justaposição àquilo que foi afirmado sobre a segunda questão, reforçam a noção de uma naturalidade monogâmica que pouco tem de natural de fato e possibilitam lançar luz sobre a forma como se vivem as relações amorosas na vida adulta.

Se a mãe é, conforme apresentado, o protótipo para os objetos amorosos subsequentes, se abrem, pelo menos, dois caminhos importantes e inter-relacionados de reflexão: um referente à sucessão infundável a que estão fadados os objetos amorosos na vida adulta e outro que diz respeito à busca por alternativas menos sofridas de se vivenciar o amor. Aquele permite estabelecer, via de regra, que a escolha objetual que se baseia na figura materna como ideal só permitirá que se invista libidinalmente naqueles objetos que em muito se assemelhem a ela (numa lógica de posse, de ter para si aquela que antes lhe foi negada), mas, como o objeto originário está para sempre inacessível às intenções do sujeito, o que se estrutura nada mais é do que uma sucessão de vivências amorosas que jamais serão capazes de promover satisfação por completo; esse, por sua vez, diz dos movimentos realizados na tentativa de se amenizar a quase condenação ao fracasso que a lógica amorosa assim proposta pressupõe.

Associadas, essas reflexões permitem construir uma hipótese que considere a opção pela não monogamia como umas das maneiras possíveis de se buscar um distanciamento do circuito de repetição e sofrimento pressuposto pelo jogo amoroso. Afinal, ela congrega em si possibilidades alternativas aos entraves demarcados anteriormente: desde a não necessidade de alinhamento das correntes afetiva e sensual em um mesmo objeto - porque se tem que serão, de qualquer modo, mais de um - até uma abertura para uma maior variação em relação ao modelo materno - ainda que alguns dos objetos possam cumprir a função de se aproximar dele, a existência de mais de um parece assegurar, pelo menos, maior espaço potencial para outras experimentações/configurações relacionais. Longe de supor uma superioridade de qualquer um dos tipos de escolha objetual, salienta-se, isso sim, a existência e a legitimidade de formas diferentes de procurar amenizar o sofrimento intrinsecamente associado ao amor. Afinal de contas, o sofrimento parece ser universal, o que muda de sujeito para sujeito é justamente o modo como ele é vivenciado e significado.

4.2. Construções contemporâneas

Antes de passar a uma explanação mais detalhada a respeito da monogamia e da não monogamia como construtos, vale voltar o olhar às formas que têm assumido, para estudiosos contemporâneos da psicanálise, as aproximações possíveis entre essas duas formas de escolha amorosa e a teoria freudiana sobre o amor. Para isso, se recorreu a artigos recentes que, ao menos em alguma medida, as tematizam.

Seguindo uma corrente forte no Brasil atual, Ana Suy faz uso de formulações freudianas - e também de parte significativa das proposições lacanianas, que não serão aqui esmiuçadas - para colocar como centro primordial da investigação sobre o amor o inconsciente (SUY, 2022). Nesse contexto, sua concepção acerca do amor se mostra fortemente atravessada por esse compromisso e é caracterizada por um alinhamento significativo quanto ao que Freud defendia, ao mesmo tempo que por uma relativa complexificação de suas construções teóricas no tocante às vivências relacionais, suas motivações e implicações. A autora costura uma distinção interessante entre solidão e solitude, demarcando a importante função dessa enquanto símbolo da maturação psíquica humana, e distancia da relação afetivo-sexual a obrigação de materializar uma união estável e um encaixe perfeito entre duas metades, ao apontar para a impossibilidade dessa tarefa.

Se Freud já postulava que a figura materna serve, de modo geral, de modelo para a escolha de tipo anaclítica, marca da busca amorosa na vida adulta, autores como Amorim e Reis (2020) tratam de reafirmar esse aspecto por meio de uma conjunção entre as elaborações teóricas daquele e as suas próprias. O drama triangular na infância e o Complexo de Édipo - como já visto em Freud - são os maiores responsáveis pelo surgimento do Superego enquanto instância psíquica organizadora da internalização da censura e da interdição enquanto aspectos da vida em sociedade. Os referidos autores reafirmam, com base justamente nisso, a impossibilidade de tratar da não monogamia como manifestação antinatural, reforçando a noção do natural como algo que, partindo da indefinição, só passa a ser assim chamado e reconhecido por ocorrência de uma formatação cultural. Afirmam:

(...) se existe uma proibição com relação ao incesto, ou uma norma monogâmica, é porque existe um movimento pulsional de satisfação da sexualidade relativa à situação incestuosa e à situação não-monogâmica. Sendo assim, consideramos que a monogamia só existe a partir da possibilidade da traição, ou seja, da quebra de um contrato monogâmico por um ou pelos dois sujeitos envolvidos numa relação afetivo-sexual (AMORIM; REIS, 2020)

A castração - e com ela, a proibição do incesto pela obrigatória renúncia da tendência infantil em tomar a mãe como objeto amoroso - se efetiva como o primeiro passo para a constituição de um aparelho psíquico marcado pela insistência desejante. Isso porque essa figura materna, impossível de ser alcançada apesar de seus intentos, inaugura a falta na existência do futuro adulto e passa a configurar para ele o objeto do desejo - ou, em outras palavras, uma referência que o organiza e direciona. Da mesma forma, é pela proibição do incesto que se dá o primeiro contato do sujeito em formação com a norma monogâmica: não se deve renunciar à mãe apenas em função do parentesco, mas porque a ela já está designado um outro; não há espaço naquela relação para um terceiro, seja ele quem for.

Nas considerações finais de um artigo ainda anterior em que buscam esboçar aproximações entre a obra de Freud e a temática da monogamia, Amorim e Belo (2017) recorrem a Bersani para sustentar que:

(...) “uma mobilidade de posições desejantes e uma multiplicidade de identidades, que fazem do próprio casal uma unidade em contínua dissolução. Psicanaliticamente, a monogamia é inconcebível, exceto como algo que bloqueia os circuitos do desejo” (BERSANI, 2009, p. 92).

Percebe-se que, mais uma vez, o que se faz é uma alusão à monogamia que a coloca, dessa vez ainda mais explicitamente, em oposição a uma suposta naturalidade da forma de funcionamento do aparelho desejante. Essa mudança de perspectiva ancorada justamente em construções teóricas de um autor do peso como o que tem Freud para a compreensão de muitos dos fenômenos psíquicos e sociais recorrentes em nossa sociedade evidentemente abre espaço para uma possível mudança do paradigma amoroso normativo ou, pelo menos, para uma flexibilização em relação a ele. Apesar disso, é indiscutível que o tensionamento gerado pela desacomodação consequente da ruptura da certeza ilusória de adequação a um modelo relacional dito legítimo levará, concomitantemente, à estruturação de novos modos de manifestação da angústia.

Insisto outra vez que a proposta deste trabalho escapa aos intentos de uma revisão conceitual/teórica das formulações dos autores convocados, mas que compreender minimamente aqueles que se articulam e subjazem à temática do amor se faz essencial. Se o que se defende é que todo indivíduo, quando vem ao mundo através do nascimento, já ocupa um lugar na história de sua família e já tem, em função disso, também um lugar social delimitado para si que o antecede, tem-se que, apesar de algumas características comuns a

todos os neuróticos (para quem vale o mecanismo amoroso aqui apresentado, cabe ressaltar), a formação de sintomas particulares e imprevisíveis por excelência só pode resultar numa busca, ainda que inconsciente, por ligações amorosas que se baseiem como que em um “casamento de sintomas”, em uma organização do afeto atravessada pelo não dito.

Partindo dessa perspectiva, tem-se que amar envolve, necessariamente, uma dose considerável de sofrimento. Isso porque abrir espaço para que advenha o amor exige justamente reconhecer a falta e a impossibilidade de supri-la, assim como admitir a não existência de um outro que saiba ou tenha algo que permita burlar essa regra. Desse modo, pode-se afirmar que, para além de qualquer outra coisa, a opção pela não monogamia não escapa ao mecanismo falta/desejo e pode representar, em realidade, apenas uma forma distinta, com características próprias, de se experienciar o sofrimento.

4.3. Monogamia, não monogamia e o mundo entre elas

Na presente seção, pretende-se demarcar com mais nitidez, na medida em que isso se faz possível, as diferenças conceituais e práticas existentes entre as formas monogâmica e não monogâmicas de se vivenciar as relações afetivo-sexuais, explorando a que de fato cada termo dá nome e as inter-relações que sustentam com determinados condicionantes próprios de nossa sociedade contemporânea. Para isso, recorre-se a escritos bastante recentes a respeito dessa temática que têm como embasamento comum a obra da autora e pesquisadora espanhola Brigitte Vasallo, além de uma evidente influência das proposições foucaultianas acerca das implicações das relações de poder sobre a sexualidade humana.

4.3.1. Das origens às implicações monogâmicas

De maneira geral, o senso comum no Brasil estabelece, muitas vezes sem explicitar - visto que se tem fortemente instituída a noção de que aquilo que se toma como dado, como natural, não precisa ser nomeado ou explicado - que o termo “monogamia” define a mais verdadeira forma de se relacionar amorosamente: por meio de um contrato de exclusividade entre duas pessoas que marca a restrição das atividades sexuais de uma à outra. Vasallo, no entanto, propõe que pensemos a monogamia enquanto sistema organizador das possibilidades e validador de certos modos de gestão e distribuição dos afetos no Ocidente em detrimento de outros. Diz ela:

A monogamia não é uma prática: é um sistema, uma forma de pensamento. É uma superestrutura que determina aquilo que chamamos de “vida privada”, as práticas sexo-afetivas, as relações amorosas. O sistema monogâmico dita como, quando,

para quem e de que maneira amar e desejar, assim como quais circunstâncias são motivo para sentir tristeza, em quais deveríamos sentir raiva, o que nos machuca e o que não machuca (VASALLO, 2022, p. 38).

O que a autora defende é, então, que a monogamia atua de forma muito parecida com outros sistemas invisíveis que estabelecem os campos do possível, do aceitável e do normal e que comumente são reunidos quando se discutem os aspectos estruturais de uma sociedade. Nas sociedades ocidentais, e em específico no Brasil, esses outros sistemas incluem o patriarcado, o capitalismo, a religião, o trabalho e a família de maneira bastante marcada. Mais adiante, as relações entre eles e o sistema monogâmico serão exploradas mais a fundo.

Antes, porém, vale um destaque para o fato de que, ainda que os esforços midiáticos e toda a cultura ocidental tenham se organizado, nos últimos séculos, de forma a sustentar uma suposta naturalidade da monogamia como modo de relação por excelência, pesquisadores indicam registros de experiências diversas a ela e muito particulares entre os povos originários. No Brasil, por exemplo, é com a chegada dos jesuítas na época da colonização que a monogamia é apresentada e imposta aos residentes mais antigos do território. Antes disso, a organização dos povos indígenas se baseava em outras formas, essencialmente diferentes, de vinculação. Essas priorizavam os elos de colaboração multicomunitários em oposição à constituição privatizada de famílias que se tornaria regra a partir do contato com os colonizadores (TEBEXRENI, 2022). Em outras palavras, pode-se dizer, sem muito exagero, que a institucionalização da monogamia em nosso país persiste, também, enquanto uma das marcas do processo de invasão ocorrido a mais de cinco séculos.

Passemos a uma tentativa de analisar as aproximações que se articulam entre o sistema monogâmico e os demais sistemas mencionados anteriormente. Já pudemos perceber o quanto aspectos do sistema colonial respingam no estado de coisas atual acerca da forma dita válida de vivenciar as relações afetivo-sexuais. Outro ponto chave a ser mencionado é a função que uma norma como a monogâmica passa a assumir quando da emergência do capitalismo. Num contexto marcado pelo acúmulo de capital e pela sua transformação em sinônimo de poder, torna-se preocupação da burguesia a garantia de manutenção dos bens acumulados. A maneira viável encontrada para concretizar esse desejo é o sistema de herança, meio de transmissão daquilo que antes era propriedade de um para seu sucessor imediato. Percebe-se facilmente a lógica que sustenta essa prática e como a monogamia passa a servir de caminho para sua realização: a privatização da vida familiar é acompanhada pela instituição da monogamia enquanto forma de garantir a existência, em cada conjunto familiar,

de uma linhagem única e determinada sem grandes esforços - quem é meu filho e quem não é, quem tem direito sobre aquilo que era meu e quem não tem. Existe implícito aí, inclusive, um dos mais potentes dispositivos de manutenção da sociedade de classes baseados na noção de propriedade privada (TEBEXRENI, 2022).

Intimamente associado ao sistema capitalista, também o sistema patriarcal ganha força e respaldo com a naturalização do sistema monogâmico no âmbito das relações amorosas. Tem-se que, historicamente, as regras do jogo monogâmico valeram, efetivamente, apenas para as mulheres, enquanto aos homens foi permitido romper com as limitações impostas pelo contrato em questão. Tendo em vista os efeitos da divisão do trabalho sobre as construções acerca dos papéis de homens e mulheres, também a monogamia foi utilizada como meio de opressão direcionado a elas. Sem entrar no mérito da própria repressão do desejo sexual feminino, que mereceria um trabalho dedicado exclusivamente a si, o que a prática monogâmica fez, de fato, foi tornar a mulher refém de um relacionamento eterno - vale lembrar que a instituição da monogamia é anterior à legalização do divórcio - e reduzi-la a sua função reprodutiva, garantindo assim a perpetuação da família nuclear e a manutenção dos bens acumulados. Aos homens, por sua vez, foi historicamente validado recorrer a outras mulheres que não suas esposas, prostitutas por exemplo, sem que isso lhes trouxesse qualquer represália (TEBEXRENI, 2022). Fala-se, então, de questões importantes: a monogamia foi, muitas vezes, apenas fachada e esteve muito mais associada à lógica do capital do que à lógica amorosa propriamente dita, além de ter servido como mecanismo de perpetuação de significativa desigualdade de gênero - fato que mantém seus paralelos nas sociedades atuais.

Como explicar, então, tendo em vista as inúmeras traições historicamente perpetuadas e relativizadas, a permanência da noção de uma “exclusividade afetivo-sexual” como característica determinante da monogamia? Para isso, é preciso um retorno àquilo que se afirmou no início desta seção: sendo encarada não mais como prática, mas como sistema, a monogamia deixa de ter como fator principal de sua determinação a quantidade efetiva de parceiros, passando a ser dispositivo de hierarquização dos afetos e das relações e se perpetuando com base nesse processo. Em outras palavras, haveria um “amor verdadeiro”, ao menos sustentado como tal, representado pela pessoa com quem se opta por constituir família, naquele sentido privado e nuclear do termo, e que recebe, por essa razão, um status, uma prioridade e até um reconhecimento jurídico que as demais relações não recebem (SANTANA, 2021). Nesse sentido, beira uma encenação em que se escolhe o ator mais adequado para esse papel para o qual os demais não estão qualificados. A respeito disso, Vasallo afirma:

[...] o que define a monogamia não é a exclusividade, mas a importância do casal frente às amantes ou aos outros amores. A hierarquia de uns afetos sobre os outros. A exclusividade sexual serve como marca hierárquica. Pode haver outras relações sexuais, mas apenas uma recebe apoio social, apenas uma está certificada como correta, apropriada. A exclusividade sexual é um compromisso simbólico, é o pagamento que se faz para adquirir essa legitimidade: não vou dormir com mais ninguém, mas, em troca, nosso relacionamento será superior aos demais (VASALLO, 2022, p. 36).

É no bojo desse entendimento que se ergue uma das questões que mais geram sofrimento quando se fala de relações amorosas na contemporaneidade: o ciúme. Seja lá a fantasia que ele ativa em cada caso particular, fato é que se tornou marca da legitimidade e da importância de uma relação, de um afeto, sobre os demais. O que parece é que se institui que a existência de ciúme é a comprovação mais pungente de que uma relação está acima das demais pela lógica hierárquica inerente ao sistema monogâmico e merece receber, por isso mesmo, mais importância. Nota-se que a associação entre amar e sofrer atravessa inegavelmente essa concepção do amor.

Para finalizar a exposição a respeito da monogamia e de seus associados, por assim dizer, vale um aprofundamento na forma que assume a hierarquia proposta e nos efeitos decorrentes dela. No topo dessa pirâmide imaginária estaria a relação afetivo-sexual - no singular porque única - precursora da constituição de uma família nuclear; abaixo dela, estariam os laços consanguíneos prévios e, na base, aqueles formados por pura convivência, com destaque para os de amizade (SANTANA, 2021). O que está implicado nessa construção é uma naturalização da dependência quanto àquela uma pessoa com quem se divide a vida mais particular e cotidiana e o perigo de subvalorização das demais formas de vinculação. O que isso gera no contexto de uma sociedade cada vez mais individualista como a brasileira ainda permanece turvo e certamente merece a atenção dos pesquisadores.

Insatisfeitos com as significações concebidas por esse modo de se relacionar amorosamente e desejosos de algo que lhes fizesse mais sentido, determinados grupos deram início a uma série de mobilizações que começaram a tomar forma mais estruturada no Brasil de poucos anos atrás. A norma monogâmica passa, em especial a partir daí, a receber críticas de segmentos da sociedade e a enfrentar aquilo que toda norma, cedo ou tarde, enfrenta: oposição. A seguinte seção se ocupará de tratar desse surgimento e de algumas questões próprias a ele.

4.3.2. Não monogamia: formas e pressupostos

Em oposição à monogamia tida como forma natural de expressão dos afetos amorosos-sexuais, o conjunto de tipos de escolha de objeto que não se enquadram em seu escopo é agrupado sob o termo “não monogamia”. Antes mesmo de entrar em sua conceituação e em suas variantes, uma reflexão se impõe: a falta de um nome que caracterize essas vivências.

Diferentemente da grande maioria das coisas e experiências as quais as sociedades humanas convencionaram chamar por determinados nomes, as vivências afetivo-sexuais contrahegemônicas não são nomeadas senão pela marca de uma negação, daquilo que não são. Afinal, é o simples acréscimo do “não” à já existente e soberana “monogamia” que promove a diferenciação em relação a ela. Lembremos o quanto a linguagem possui o poder de organizar e representar a experiência possível a partir do momento em que, dentre outras funções, dá contorno, legitimidade e, por consequência, lugar no discurso a ela. A inexistência de uma palavra que nomeie, sem se ancorar em seu oposto, as formas não monogâmicas de vivenciar as relações implica duas questões que se articulam entre si: se não existe um nome, em última análise a coisa a qual esse não nome faz referência não possui lugar no discurso senão justamente como subordinada àquela a que se contrapõe - o frio é “frio”, e não “não quente”, para se citar um exemplo correlato - e, para além disso e em função disso, o que implicitamente se perpetua é a centralidade de uma sobre as demais, isto é, em certa medida reforça-se a monogamia enquanto o que há de natural no campo das relações e a não monogamia como aquela coisa que só existe se for inventada. Não entrarei em detalhes aqui na potência que pode vir a ter essa invenção, tampouco buscarei um nome próprio para ela. O que se busca apontar aqui é, sobretudo, o caráter recente da emergência desses outros modos de expressão das relações afetivo-sexuais enquanto abertamente presentes no campo social e o tom quase contracultura que eles assumem.

Dito isso, passemos a uma tentativa - limitada em função do que já foi levantado - de definir de que se fala quando se utiliza a expressão “não monogamia”. De acordo com os estudiosos, o que se pode afirmar é que esse é um termo guarda-chuva, empregado para fazer referência a todas as formas de se relacionar afetivo-sexualmente que rompem, em alguma medida, com a regra básica da monogamia: o contrato de exclusividade sexual entre duas pessoas (TEBEXRENI, 2022). Isso porque existem diversos arranjos distintos que o fazem em menor ou maior grau e são, apesar de suas distinções, agrupados sob esse mesmo termo.

Tebexreni destaca os seguintes como os mais recorrentes no Brasil: o *swing* (prática consentida de uma troca de casais que se limita à relação sexual), o relacionamento aberto

(em que um casal acorda entre si a possibilidade de se relacionarem com pessoas de fora da relação estabelecida), o poliamor (a prática de se relacionar amorosamente, de forma concomitante, com mais de uma pessoa; pode-se pensar na imagem do “trisal”), a anarquia relacional e as relações livres. Esses dois últimos dizem de formas muito parecidas de se questionar os rótulos apontados como agentes da hierarquização das relações - “amigo”, “namorado”, “marido” e assim por diante - e, em nosso país, ainda se confundem bastante entre si em função da falta de pesquisas que as tematizem. Essas e outras experiências desviantes da norma monogâmica são delimitadas pela expressão “não monogamia”.

Baseando-se na recusa à tendência de hierarquizar as relações amorosas, elas pressupõem uma maior horizontalidade dos sujeitos envolvidos e a defesa da autonomia de cada um deles enquanto valor máximo. Diferentemente do que se pode supor, a autonomia nesse contexto não é entendida como sinônimo de independência, mas sim como o produto mesmo das relações que vão sendo constituídas ao longo da vida.

Apesar dos pontos em comum, há conflitos entre defensores das várias formas alternativas de consumação das relações. Em seu texto, Tebexreni aponta para algo bastante curioso: embora buscando fazer diferente, mesmo os sujeitos identificados com essas formas contrahegemônicas são também eles resultado de um processo de socialização que, desde muito cedo em suas vidas, indicou a monogamia não só como o caminho correto, mas como o único legítimo de se encontrar o amor. Nesse sentido, os planos, sonhos e desejos desses grupos são, ainda que contra sua vontade, atravessados pela influência do amor romântico e da lógica de centralidade de uma relação em detrimento das demais. É por esse motivo que, mesmo no campo da não monogamia, se perpetuam desavenças entre defensores das diferentes configurações. Para citar apenas um exemplo, o relacionamento aberto, apesar de suas pretensões libertárias, é criticado por adeptos da anarquia relacional por ainda conceber um casal como aquele principal, central, definindo as duas pessoas que o compõem como os mais importantes um para o outro e apresentando, assim, amarras aos ideais de amor romântico e à hierarquização das relações.

Foi somente muito recentemente que as discussões a respeito da não monogamia passaram a receber espaço em âmbito público, como nas redes sociais. No Brasil, datam dos anos 2000 os primeiros fóruns e páginas criados na intenção de reunir pessoas identificadas com ela ou apenas desgostosas das exigências monogâmicas (TEBEXRENI, 2022). Isso talvez explique por que é ainda tão difícil conceber modos de relação que não carreguem em si traços próprios da monogamia e da lógica familiar privada, ainda que já se sinta, em muitos

casos, que elas não mais dão conta da variedade de relações afetivo-sexuais que se estabelecem entre os seres humanos.

Para finalizar essa seção, dois destaques merecem ser feitos. O primeiro diz respeito ao quanto a norma monogâmica se mostra adaptativa em determinados aspectos e capaz de se perpetuar com variações sutis. O autor traz a marca da legalização do divórcio como o momento em que uma de suas características básicas é alterada: deixa de dizer de relações necessariamente perpétuas e passa a dizer de relações em série que seguem a mesma lógica da exclusividade, apenas com recortes temporais entre uma e outra. Não é preciso ir muito longe para se admitir que esse mecanismo de sucessivas relações que falham e geram um retorno ao início - à outra, nova, relação - se associam de forma quase que direta, simultaneamente, à concepção freudiana do amor discutida anteriormente e com a aposta ocidental no amor romântico como alcançável. Se a centralidade do casal e a lógica hierárquica se mantêm na maioria das variações não monogâmicas, é possível dizer que são, em essência, diferentes do que pressupõe o jogo monogâmico? Essa questão ainda requer mais estudos e, por que não, vivências.

O segundo destaque é um breve adendo: historicamente, isso que aqui se chamou não monogamia esteve presente em muitas sociedades como parte constituinte delas. Desde os gregos e romanos até chegar nos povos originários de diversos países mais atuais, as regras determinadas para as vinculações afetivo-sexuais não eram rígidas ao ponto de determinadas configurações estarem associadas à falta de legitimidade (SANTANA, 2021). Como visto previamente, isso passa a ocorrer, principalmente, a partir da instituição do capitalismo e de seus associados. O que fica evidente é que nunca houve, senão por efeito de construções culturais, uma forma única ou melhor de se relacionar amorosamente. Talvez, apesar das aparências e diferentemente do que gostaríamos de acreditar, estejamos vivendo um dos períodos históricos mais restritivos quanto às possibilidades de escolha objetal.

A seguir, serão trazidos recortes de casos clínicos atendidos pelo autor no decorrer dos últimos dois anos em sua prática de estágio. A intenção é vislumbrar como as questões discutidas até aqui se materializam no cotidiano desses sujeitos - enquanto representantes de um conjunto maior - e de que maneiras a monogamia e a não monogamia os atravessam e organizam.

4.4. Quatro pacientes, quatro amores: a pluralidade relacional na prática

Para pensar de que maneira questões relativas ao amor romântico, à monogamia, à não monogamia e à escolha objetal como postulada por Freud têm se inter-relacionado na

contemporaneidade e se feito notar no cotidiano dos indivíduos, me proponho a explorar, na presente seção, recortes de quatro casos clínicos que acompanhei durante a prática do estágio. A partir daqui, serão chamados de pacientes 1, 2, 3 e 4 para assegurar a garantia de sigilo. Já aqui vale destacar que são todos adultos em processo de formação acadêmica, com idades variando dos dezenove aos trinta e um anos. Também cabe salientar que a abordagem norteadora dos atendimentos realizados foi a psicanálise freudiana, isto é, o trabalho realizado com os pacientes seguiu os moldes de uma psicoterapia de orientação analítica.

O paciente 1 era um rapaz novo, de apenas dezenove anos, que veio buscar ajuda em função de supostos problemas de atenção em sala de aula. Com o passar das sessões, no entanto, essa queixa abriu espaço para um tópico que o deixava visivelmente mais angustiado: o relacionamento que mantinha com o namorado há cerca de um ano. A marca maior de sua narrativa era a iminência do companheiro ir viver em outro estado depois que fosse aprovado para estudar na instituição em que desejava. Esse paciente, ao contar de seu amor e de seus receios quanto à perda do amado, deixava cada vez mais evidente o quanto o valor que atribuía a essa relação estava ancorado na aproximação entre o que sentia que havia encontrado e o ideal de amor romântico: se davam muito bem, nunca tinham brigas, passavam o tempo todo juntos e eram vistos pelos amigos como destinados a darem certo. O ciúme enquanto marca legitimadora do “amor verdadeiro” se fazia presente, mas, como não podia ser diferente, visto que se sustentava que não havia problemas entre os dois, não gerava conflitos - era “na medida certa”. Aspectos próprios da monogamia, a exemplo da maior importância dada a essa relação em comparação com as demais e as restrições sexuais de um ao outro, bem como a constante tentativa de unificar a própria figura à do namorado - no tocante a gostos, opiniões e forma de vestir - numa lógica dependente até para a definição de como se colocar no mundo e se posicionar diante das coisas, perpassavam as histórias trazidas pelo paciente. Nesse contexto, sua grande angústia era não conseguir visualizar o que seria de si sem a presença do companheiro, o que faria de seu tempo e como conseguiria amar outro daquela maneira tão intensa. Aqui já estavam presentes a noção de que “só se ama realmente uma vez na vida” e uma latente, e talvez contraditória, inclinação à adesão aos amores em série, a uma busca por um substituto semelhante e à altura.

A paciente 2, por sua vez, era uma mulher um pouco mais velha, com seus trinta e poucos anos, mãe de um menino de cerca de três anos de idade e recém separada do pai do garoto. Aconteceu com ela algo semelhante ao que ocorreu com o primeiro paciente: a queixa inicial, relativa à ansiedade gerada pela proximidade da conclusão do curso e à urgência em encontrar um emprego, foi em pouco tempo substituída pelas desventuras amorosas de sua

vida. A questão central, no seu caso, era o desejo de manter o pai do menino por perto, mas o reconhecimento de que não sentia atração sexual por ele. Estava num dilema entre abrir mão em definitivo dessa relação ou tentar mais uma vez, crente de que seria benéfico para o filho e admitindo que nutria certo carinho pelo ex. O que fica mais evidente nesse caso é aquilo que Freud aponta em suas Contribuições à Psicologia do Amor: a insistência do desencontro entre as correntes afetiva e sensual da pulsão sexual em relação aos objetos que catexizam. Isso pode ser corroborado, inclusive, pelo apontamento feito pela paciente de que aqueles por quem sentia tesão não lhe despertavam carinho ou afeto para além do compartilhamento da vivência com o sexo, isto é, o contrário também se fazia notar. Os objetos amoroso e sexual não poderiam nunca ser o mesmo e isso mantinha a paciente num constante estado de frustração e insatisfação.

O paciente 3 era um jovem na casa dos vinte e tantos anos. Diferente dos demais, já chegou despejando sua infelicidade amorosa na primeira sessão: sentia ainda ser muito influenciado, no tocante à busca por um novo amor, pelas reminiscências da relação com a ex namorada, a primeira com quem se relacionou a sério e a única por quem sustenta ter estado, de fato, apaixonado. O circuito de repetição em geral envolvido na escolha objetal segundo a teoria freudiana era nítido no contexto do que contava durante os atendimentos: por mais que reconhecesse certa imaturidade e maldade na ex companheira, dizia só se interessar por mulheres que o fizessem lembrar, de algum modo, ela e que estivessem dispostas a entrar no mesmo “joguinho” - chamou assim por mais de uma vez - que mantinha com ela. A mais recente relação afetivo-sexual da qual conta veio com uma surpresa: a mulher já tinha um namorado. Sem estar ciente num primeiro momento, o paciente se viu de repente ocupando um novo e desconhecido lugar - era o terceiro de uma relação já estabelecida, que o casal definia como um relacionamento aberto. Posto de outra forma, passou a viver uma espécie de não monogamia não por opção, mas por acaso, e se deu conta, com o passar das semanas, que muito do que o angustiava nas relações monogâmicas anteriores estava também presente naquela nova configuração, pelo menos de sua parte: temia ser menos amado que o outro rapaz e disputava com a mulher certo controle sobre o direcionamento da relação dos dois.

A paciente 4, para finalizar, era um exemplo do que pode causar uma falha bastante grave no amadurecimento normal: tinha quase trinta anos e nunca havia se relacionado amorosamente com ninguém - e nem pretendia. O que sustentava, no que parecia uma tentativa de convencer a si mesma, era que poderia seguir vivendo sem algo que nunca teve e que apostar numa relação com alguém traria muito mais perigos potenciais do que benefícios. Analisando esse caso a partir das lentes da psicanálise freudiana, tem-se um exemplo claro no

qual a libido permaneceu fortemente investida no eu e não passou em momento algum a ser direcionada de maneira significativa a objetos externos. Em outras palavras, a paciente se encontrava fixada numa fase bastante infantil e narcísica do desenvolvimento sexual - pode-se, com a devida licença poética, afirmar que mantinha um relacionamento monogâmico ao extremo com a própria solidão.

A análise desses casos abre espaço para uma reflexão importante e já tangenciada em alguns momentos do presente trabalho: é muito provável e fica cada vez mais evidente que nem a escolha pela monogamia nem a opção pela não monogamia como modo de se vivenciar as relações afetivo-sexuais sejam capazes de, por si só, garantir a inexistência de sofrimentos dos mais diversos no tocante ao amor; tampouco é modo confiável de determinar se há ou não saúde e amadurecimento sexual efetivos. Talvez a forma e a intensidade que o sofrimento assume sejam muito mais um resultado da influência e confluência do tipo de neurose, das características psíquicas e inconscientes, da história e dos sintomas de cada sujeito envolvido numa relação do que fruto da mera opção consciente por um ou outro tipo de escolha objetal. Parece dizer, em grande medida, daquilo que cada sujeito é capaz de construir tendo como recursos esses mencionados. Reforça-se, então, que as contribuições da psicanálise apontam que não há um modo correto de manifestação do amor, mas sim formas variadas e muito particulares de se significá-lo, vivenciá-lo e, em última análise, sofrê-lo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O panorama delimitado até aqui permite que sejam feitas algumas reflexões e aproximações interessantes entre a emergência da não monogamia - ou, melhor dizendo, da pluralidade referente aos tipos de escolha objetal - e algumas das bases da teoria psicanalítica. Ainda que essa seja uma temática recente em termos de tempo histórico, fica evidente que buscar os pontos de convergência que as perpassam é possível e pode se mostrar relevante.

Tem-se, atualmente, um cuidado bastante significativo por parte dos profissionais que se valem da psicanálise para embasar seu fazer profissional no sentido de fazer oposição à função normatizadora por muito tempo associada à psicologia e à figura do psicólogo. Se nossa profissão surge inicialmente como um meio para tornar os sujeitos adequados - leia-se produtivos e obedientes - a uma forma específica de funcionamento social, já tangenciada anteriormente ao ser enfatizadas algumas das implicações do capitalismo, os estudos de Freud e sua apropriação por parte daqueles que vieram depois dele se contrapõem fortemente a essa lógica e inauguram um modo novo e muito particular de se construir o trabalho em saúde mental, que viria, algum tempo depois, a receber o nome de “ética da psicanálise”

(ROSA; ROSA, 2009). Baseando-se numa valorização irrestrita da escuta, essa ética envolve, através do destaque e da primazia concedidos ao inconsciente, aspectos como a defesa da diversidade de modos de se colocar no mundo - visto que cada processo de constituição psíquica é único e resulta em uma estrutura particular, apesar da ocorrência de certos traços em comum - e a oposição à ideia de que as particularidades subjetivas de cada indivíduo devem ser podadas pela lógica curativa/adaptativa.

Fica nítido como as características dessa ética só podem levar a uma conclusão a respeito do debate mono/não mono: apesar dos esforços de alguns segmentos em cristalizar um desses tipos de escolha objetal como normal em detrimento do outro, não há como estabelecer, como a análise das formas de relação em sociedades mais antigas já inclusive demonstrou, a naturalidade da monogamia, tampouco a falta de legitimidade das diferentes formas de não monogamia. Qualquer tentativa de se pensar essa questão sob a perspectiva psicanalítica precisa, necessariamente, levar em conta o caráter contranormativo que a ela vem associado desde que Freud decidiu dar voz às histéricas. Mesmo toda a sua elaboração a respeito do desenvolvimento sexual e a construção de uma proposta na qual todo neurótico compartilha certas características envolve muitas variáveis e saídas (do Complexo de Édipo, por que não) das mais diversas. Se há algo que Freud nos ensina é que apontar determinada realidade como dada, como inerentemente factual, sem uma consideração da cultura na qual se insere, de seus antecedentes, das renúncias que ela implica e das representações que dela são feitas é um esforço ingênuo (FREUD, 1908).

Voltemos brevemente aos casos apresentados na seção anterior para buscar exemplificar e sustentar essa tese a partir de uma articulação com os preceitos da psicanálise. Todos os quatro pacientes mencionados estão, estruturalmente falando, alocados no campo da neurose e, por essa razão, possuem alguns elementos constitutivos em comum. No entanto, mesmo que não fosse tocada na questão central explorada neste trabalho - isto é, a do investimento libidinal que tem como alvo um ou mais objetos enquanto modos distintos de expressão do amor - percebe-se o quanto suas narrativas estão fortemente atravessadas por posicionamentos subjetivos, angústias e modos de amar muito particulares e, em alguns casos, até contraditórios entre si. Como se poderia afirmar, então, que existe uma forma natural de amar ou de se conceber e vivenciar o amor? Aí está: não existe. E, por extensão, também não se pode admitir a existência de uma naturalidade da monogamia que justifique sua imposição para além das questões abordadas na seção anterior.

Enquanto a paciente 2 parecia estar se resignando à suposta impossibilidade de encontrar um objeto amoroso que lhe permitisse alinhar as correntes afetiva e sensual de sua

pulsão, o paciente 3 reconhecia a insistência, numa nova configuração amorosa, de um sofrimento muito similar ao anteriormente vivenciado com a parceira monogâmica e a paciente 4 sustentava a não necessidade de um amor que não tivesse como objeto ela mesma. Os quatro termos levantados ainda na seção introdutória do presente trabalho - pulsão, investimento, falta e desejo - se articulam de modos específicos em cada uma dessas situações e possibilitam perceber que aquilo que há de mais próximo de um “natural” é justamente a impossibilidade de pré-definição dos rumos do investimento libidinal de caráter afetivo-sexual na vida adulta. Assim como isso é válido quanto à determinação do sexo do objeto amoroso - aspecto qualitativo - também o é quanto ao número de parceiros pelo qual se opta - aspecto quantitativo.

A paciente 4, naquele momento, se via ainda insistente numa forma infantil e narcísica de investimento libidinal: seu objeto amoroso era ela mesma - o narcisismo aparecia como um retorno ininterrupto ao eu - e a falta de alguém que a amasse era mascarada pelo adormecimento quase intencional do desejo. A paciente 2 lidava com uma desorganização da pulsão que a trazia sempre de volta ao início, a uma nova tentativa que, mais cedo ou mais tarde, era desconstruída pelo mesmo motivo; o paciente 3, por sua vez, experimentava sensações e angústias pouco diferentes apesar da inserção em um modelo relacional totalmente novo. Para ela, uma experiência não monogâmica talvez possibilitasse romper com o ciclo fracassado de não conjugação das correntes da pulsão por abrir caminho para vivências de tipos diferentes e possivelmente complementares; para ele, essa mesma experiência não havia modificado estruturalmente sua forma de perceber o amor. Outra vez, nota-se que a marca maior dos caminhos do amor, monogâmico ou não, é a imprevisibilidade, fruto das influências dos processos de constituição de cada sujeito - ainda que não se saiba ao certo quais e em que intensidade.

Em suma, pode-se dizer, então, que a psicanálise não se propõe a explicar a origem ou sequer a motivação por trás da escolha individual por uma ou outra (monogâmica ou não) forma de se vivenciar as relações afetivo-sexuais. Isso por uma razão bastante simples: além de não sustentar essa explicação como possível, também não lhe concede relevância. Coerentemente, a teoria psicanalítica parece nos dar os recursos para legitimar a diversidade no tocante a essa questão sem, no entanto, se preocupar com a determinação dos por quês da existência dessa pluralidade. Talvez isso seja realmente o que de mais psicanalítico se pode fazer: permitir às pessoas ser quem são, amar como amam e sofrer como sofrem, ajudando-as, isso sim, a apropriarem-se de si mesmas e irem ao encontro daquilo em que encontram sentido, cientes da angústia que as acompanha e seguirá acompanhando.

6. CONCLUSÃO

Conforme demonstrado no decorrer do presente trabalho, uma leitura que se pretenda atual e integrada da psicanálise pode contribuir de maneira contundente para a legitimação da não monogamia como forma de vivenciar as relações afetivo-sexuais, se afastando de uma intenção explicativa e endossando o coro em nome da liberdade sexual e da pluralidade de modos de amar. Concede a ela, pela defesa das particularidades subjetivas, um lugar que recusa sua subordinação a um suposto oposto representativo de normalidade e, assim, distancia seu entendimento a respeito do debate mono/não mono do caráter hierarquizante que costuma o perpassar. Aponta para a marca da imprevisibilidade, e, em associação, para o recurso da invenção quanto aos tipos de escolha objetal como fruto das especificidades dos processos constitutivos individuais e como símbolo da diversidade de caminhos possíveis à libido apesar das características comuns a todo neurótico.

Alinhando-se à previamente apresentada ética da psicanálise, só pode-se chegar à conclusão de que a opção pela monogamia ou pelas não monogamias representa o que é possível a cada um “fazer com o que deles foi feito”, sem que se possa supor uma superioridade ou um maior grau de saúde associados a uma ou outra escolha. Tendo em vista o caráter recente do tema aqui abordado e com a certeza de que ele está longe de se esgotar, estimula-se a produção de mais pesquisas que se ocupem daquilo que aqui não foi possível aprofundar: as relações entre monogamia compulsória e desigualdades de gênero e classe, as implicações da prevalência de um processo de socialização marcado pela insistência em uma natureza monogâmica supostamente dada, as questões políticas e jurídicas associadas à legitimação de configurações relacionais diversas, dentre outros tantos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMORIM, P. M.; BELO, F. R. R. **A monogamia na obra de Freud**. Cad. Psicanál. (CPRJ), Rio de Janeiro, v. 39, n. 36, p. 199-219, jan./jun. 2017
- AMORIM, P. M.; REIS, D. B. **Monogamia e identidade: considerações psicanalíticas**. Ágora (Rio de Janeiro) v. XXIII n.2 maio/agosto 2020
- BERSANI, L. 2009. **Against Monogamy. Is the rectum a grave?** And other essays. Chicago, IL, USA: University of Chicago Press, 2009. p.85 – 101
- FREUD, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. 1905. In: **Sigmund Freud - Obras completas**, Companhia das Letras, Vol 6
- FREUD, S. Moral sexual civilizada e doença nervosa moderna. 1908. In: **Freud – Obras Completas**, Imago, Vol IX
- FREUD, S. Sobre a tendência universal à depreciação na esfera do amor (contribuições à psicologia do amor II). 1912. In: **Freud – Obras Completas**, Imago, Vol XI
- FREUD, S. O tabu da virgindade (contribuição à psicologia do amor III). 1918 [1917]. In: **Freud – Obras Completas**, Imago, Vol XI
- ROSA, M. I. P. D; ROSA, A. C. **A Ética na psicanálise**. Akropolis, Umuarama, v. 17, n. 1, p. 41-44, jan./mar. 2009
- SANTANA, A. **Bixa ex-monogâmica**. 2021. Livro eletrônico
- SUY, A. **A gente mira no amor e acerta na solidão**. 1ª edição. Editora Paidós, 2022
- TEBEXRENI, M. B. **Afetos políticos: um estudo sobre o debate político da não-monogamia no Brasil**. Trabalho de Conclusão de Curso - Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2022
- VASALLO, B. **O desafio poliamoroso: por uma nova política dos afetos**. Editora Elefante, 2022
- ZANETTE, J. E.; FELIPE, J. **Dos enigmas da infância: quando a transexualidade tensiona os scripts de gênero**. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/171131/001055777.pdf?sequence=1>. Acesso em: 02 set. 2020

NUP: 23081.157355/2023-17

Prioridade: Normal

Homologação de ata de defesa de TCC e estágio de graduação
125.322 - Bancas examinadoras de TCC: indicação e atuação

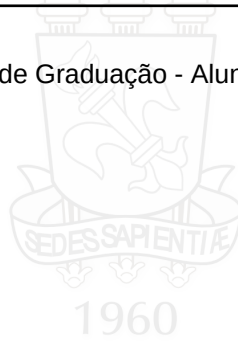
COMPONENTE

Ordem	Descrição	Nome do arquivo
10	TCC	TCC Thiago.pdf

Assinaturas

18/01/2024 14:40:18

THIAGO DE OLIVEIRA PARANHOS (Aluno de Graduação - Aluno Regular)
06.09.12.01.0.0 - Psicologia - 18391



Código Verificador: 3755550

Código CRC: d5ce50b4

Consulte em: <https://portal.ufsm.br/documentos/publico/autenticacao/assinaturas.html>

